

OFC-OCE-048/2018
Campo Mourão, 19 de abril de 2018

Ao Excelentíssimo Senhor
Blairo Maggi
Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Brasília - DF

Referente: Avanços das Políticas para o Agronegócio

Senhor Ministro

O novo direcionamento dado ao Ministério da Agricultura por Vossa Excelência, com ênfase às ações estratégicas do governo para o agronegócio, permitirá que o Brasil modernize ainda mais seu agronegócio e ocupe cada vez mais uma posição estratégica no mercado internacional.

As medidas adotadas pela sua gestão têm propiciado avanços na produção, nas exportações e na renda do setor rural, das quais destacamos algumas ações que impactaram o agronegócio e cooperativismo, tais como:

- Investimentos na Embrapa para inovação, fortalecendo os Centros de Pesquisa, a exemplo do Embrapa Territorial, Leite, Suínos, etc.
- Ação planejada para que o Brasil atinja o “status de livre de aftosa sem vacinação”.
- Mapeamento das áreas de preservação do meio ambiente, que mostra claramente que as áreas preservadas estão acima dos exigidos pelo Código Florestal. No Paraná, as áreas cobertas com reserva ambiental chegam a quase 30% do estado, 10 pontos percentuais acima do que a lei exige.
- Implantação do Sistema de Inteligência Territorial Estratégica da Macrologística Brasileira, que mostra as rotas da produção e a necessidade de investimentos em rodovias, ferrovias, portos e hidrovias.
- As ações do Programa AGRO + já começam a dar resultados com a simplificação de processos como o decreto que modernizou o DIPOA.
- Atuação forte na abertura de novos mercados e no reconhecimento da qualidade dos produtos brasileiros.
- Defesa do modelo de financiamento via crédito rural, seguro e equacionamento do passivo do Funrural.
- Atuação junto ao STF para manter a constitucionalidade do novo Código Florestal.
- Defesa da carne brasileira no mercado internacional.

Senhor Ministro, mesmo com todos esses avanços, alguns setores do agronegócio estão passando por momentos difíceis, dentre eles, o de carnes, pela conjunção de fatores de restrição de mercado internacional e aumento de custos das matérias primas para a fabricação das rações (soja e milho).

Outra questão importante é o novo cenário no Brasil, no que se refere às baixas taxas de inflação e de juros. Neste cenário, está sendo proposto pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) para o Plano Agrícola e Pecuário 2018/19 uma adequação das políticas, com relação a redução das taxas de juros e montante de recursos disponíveis.

Entretanto, dada a situação de alguns setores, propomos a seguir, algumas medidas que devem ser implementadas com urgência.

1. EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO PARA A UNIÃO EUROPEIA

A indústria de produção de carne de frango vive uma situação complicada em função de questões sanitárias que travaram as exportações para a União Europeia (UE).

Várias plantas industriais estão suspendendo os abates e dando férias coletivas aos trabalhadores. Os custos de produção subiram quase 40% nos últimos 30 dias, devido à elevação dos preços do milho e soja.

O Brasil exporta dois tipos de carne de frango para a União Europeia - fresca e fresca salgada (2%), ambos para uso industrial. Ou seja, o produto brasileiro não é vendido para consumo direto, sendo, primeiramente, processado. É válido ressaltar também que as exportações de carne fresca salgada são muito mais representativas para o país, pois, enquanto o mercado de carne fresca é de 14 mil toneladas por ano, o de carne fresca salgada é de 170 mil toneladas.

Para a carne fresca, é tolerada a presença mínima de praticamente todos os tipos de Salmonella conhecidos. Já no caso da carne fresca salgada, a partir dos desdobramentos da operação “Carne Fraca”, a União Europeia aumentou o rigor em relação ao produto proveniente do Brasil, adotando a exigência de total ausência de Salmonella, ou seja, não é permitida a presença (nem mínima) de nenhum tipo desta bactéria. Essa exigência é considerada incoerente pelo setor, uma vez que a carne salgada limita a presença desse microrganismo.

Destaca-se ainda que, em função de compromisso assumido pelas autoridades brasileiras de aplicar medidas que garantam os limites para Salmonella, o Brasil aumentou a rigidez sobre o controle em aviários e indústrias do país. Contudo, o setor discute a necessidade de revisão dos critérios técnicos impostos pela Instrução Normativa nº 20, de 21 de outubro de 2016, que trata do controle e monitoramento de Salmonella, com a perspectiva da liberação do uso de sanitizantes ou tecnologias recomendadas para o controle na indústria, semelhante ao que os Estados Unidos já praticam e que tem o devido reconhecimento do mercado internacional, inclusive da União Europeia.

Solicita-se:

- Promover adequações na IN nº 20 e nos procedimentos fiscalizatórios para que as exportações para a União Europeia voltem à normalidade.
- Atualizar as práticas de inspeção nos frigoríficos, seguindo os padrões dos países concorrentes.
- Modernizar e agilizar os serviços de registros, inspeções e análise de produtos, processos e projetos no MAPA.

2. NOVAS EXIGÊNCIAS NO ABATE HALAL

A Arábia Saudita deve suspender as importações de empresas que utilizam o atordoamento prévio (choque elétrico) no abate de frangos pelo sistema Halal, o que implicará na interrupção das importações daquele país.

Como a suspensão iria entrar em vigor em 1º de março corrente, nesse meio tempo, obteve-se a protelação da medida por mais 30 dias, inclusive a equipe do MAPA esteve na Arábia Saudita negociando.

A Arábia Saudita é o principal destino do frango brasileiro (14% do total exportado em 2017). E também há tendência natural de outros países muçulmanos seguirem os passos sauditas. Esse mercado absorve cerca de um terço do volume exportado (considerado aqui apenas o Oriente Médio) e também representa perto de 10% da produção brasileira de carne de frango.

Solicita-se:

- Continuidade das negociações do MAPA com a Arábia Saudita e, em paralelo, debate com as indústrias de carne de frango para agilizarem suas adequações.
- Gestões por um ano de prazo para adequação do abate de acordo com as exigências do mercado árabe, para fins de se encontrar tecnologia para isso.

3. EXPORTAÇÕES DE CARNE SUÍNA PARA A RÚSSIA

As exportações de carne suína para a Rússia continuam embargadas, em função de diversas exigências comerciais. O Ministério da Agricultura tem feito gestões com as autoridades daquele país, cedendo inclusive na questão de importações de trigo e pescado, mas mesmo assim a situação não evoluiu.

Solicita-se:

- Continuidade das negociações do MAPA para o retorno das compras de carne suína pela Rússia.

4. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Ministério da Agricultura está contratando 300 veterinários para suprir as necessidades nos frigoríficos, nos portos e áreas de fronteira. No último dia 28 de março houve homologação das contratações. As nomeações ocorrerão no final de abril e a convocação, no final de maio.

Dessa maneira, solicita-se que alguns desses novos servidores sejam designados para o Paraná, em especial, para o Porto de Paranaguá e frigoríficos.

a) Importações e Exportações por Paranaguá

Nos últimos dois meses ocorreu aumento expressivo no tempo para liberação das cargas por parte do MAPA. Costumeiramente, o prazo era de, no máximo, cinco dias, a contar da chegada do navio, para que a vistoria ao container e a liberação ocorressem. Mas, desde fevereiro deste ano, o prazo passou para dez dias, em média. E há casos em

que o processo passa de 20 dias, resultando em altos custos portuários, comprometendo, além disso, os estoques e capacidade de atendimento aos clientes.

Informações da chefia do MAPA em Paranaguá dá conta de que há déficit de pessoal, o que estaria motivando os atrasos na liberação dos processos de importação.

Na última semana, o MAPA passou comunicado aos exportadores que, desde o dia 16/04, foi extinto o horário noturno. Em consequência, as mercadorias embarcadas em navios graneleiros para exportação, sujeitas ou para as quais seja demandada certificação fitossanitária, serão vistoriadas somente após a conclusão do embarque, no período de 08:00 às 20:00 horas.

Solicita-se:

- Destacamento de novos profissionais para o Porto de Paranaguá, em caráter de urgência.
- Reativação do plantão noturno para os Auditores Fiscais no Porto de Paranaguá.

b) Frigoríficos

Da mesma forma que no porto e nas áreas de fronteira, há deficiência de profissionais do SIF nos frigoríficos, o que dificulta as exportações, pois o mercado internacional exige a presença deste fiscal durante todo o tempo de abate.

Solicita-se:

- Destacamento de novos profissionais para os frigoríficos das cooperativas.

5. PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO - PAP 2018/2019

A definição das políticas para a safra 2018/2019, a serem anunciadas em breve pelo Ministério da Agricultura, é fundamental para que o Brasil atinja a produção de 250 milhões de toneladas, considerando que a safra agrícola brasileira atual deve chegar próxima dos 230 milhões toneladas, enquanto no período anterior o volume foi de 242 milhões de toneladas.

O mercado para grãos está favorável, especialmente com os problemas comerciais surgidos entre os Estados Unidos e a China. O Brasil irá se beneficiar com isso. Portanto, o momento é de plantarmos uma grande safra.

No caso do etanol, cuja produção tem sido prejudicada nos últimos anos, as declarações da Presidência dos Estados Unidos de elevar, em caráter permanente, a adição de 15% de álcool à gasolina, a produção do combustível brasileiro ganhará grande impulso e poderá, inclusive, viabilizar o etanol de milho nas regiões centro-oeste e norte do Brasil.

Por essas e outras razões, é importante que o Ministério da Agricultura aprove medidas que venham a estimular a produção, tais como:

- Redução de 3 pontos percentuais das taxas de juros para a nova realidade de mercado.
- Manutenção dos percentuais de exigibilidade do crédito rural de 34% para os depósitos à vista e de 60% para poupança rural.

- Medidas de estímulo à produção de leite, com linhas de recursos do crédito rural para melhoria da alimentação dos rebanhos.
- Fortalecimento do seguro rural, destinando recursos para subvenção do prêmio do seguro.
- Incentivo à adoção de novas tecnologias com políticas que estimulem a inovação.
- Incentivo aos programas de investimentos como o Programa de Construção de Armazéns, o Prodecoop, o Moderfrota.

6. SANIDADE AGROPECUÁRIA

As ações desenvolvidas pela operação “Carne Fraca” demonstraram que o Brasil necessita reestruturar suas atividades para dar segurança aos mercados de produtos, especialmente de carnes.

Nesse sentido, é importante que o Ministério da Agricultura discuta com o setor o que poderia ser feito. Por exemplo, a criação de uma Agência Nacional de Sanidade, para tratar especificamente da área, poderia ser uma solução. Mas há necessidade de debater um pouco mais o tema, dada a sua importância.

O trabalho que o Ministério da Agricultura vem realizando para a obtenção do “status de livre de aftosa sem vacinação” para o país é um bom exemplo de ação planejada e integrada com os setores envolvidos.

Outra questão que preocupa o setor é a necessidade de revisão dos critérios técnico impostos pela Instrução Normativa nº 20, de 21 de outubro de 2016 (IN 20), que trata do controle e monitoramento de Salmonella.

Solicita-se:

Promover adequações na IN nº 20 e nos procedimentos fiscalizatórios para que as exportações para a União Europeia voltem à normalidade, com a perspectiva da liberação do uso de sanitizantes ou tecnologias recomendadas para o controle na indústria, semelhante ao que os Estados Unidos já praticam e que tem o devido reconhecimento do mercado internacional, inclusive da União Europeia.

7. REGISTRO DE AGROTÓXICOS

O Ministério Público e ONGs têm atuado de forma negativa sobre a imagem dos produtos agropecuários, extrapolando situações pontuais de alguns exames que apresentam quantidade excessiva de resíduos de agrotóxicos. No Paraná, por exemplo, há uma campanha forte desses órgãos, que usam linguagem em suas mídias que choca a população, apontando o agricultor como o responsável por oferecer aos consumidores produtos contaminados.

Essas instituições se baseiam em laudos de laboratórios que atestam a presença de resíduos em produtos, especialmente em legumes, frutas e verduras, de defensivos agrícolas que são utilizados pelos agricultores, em decorrência da falta de registro de determinado produto para a cultura.

Solicita-se:

- Que o Ministério da Agricultura realize uma força tarefa e conceda o registro para as culturas de menor expressão econômica, mas que são importantes regionalmente, e são as que mais causam impactos na opinião pública.
- Concluir os estudos do grupo de trabalho instituído pelo MAPA para que seja permitida a mistura em tanque dos defensivos agrícolas.

8. MERCADO INTERNACIONAL

A retomada do protagonismo do Ministério da Agricultura no mercado internacional, conduzida pelo ministro Blairo Maggi, é fundamental para a expansão do agronegócio brasileiro. Desde sua posse, as visitas aos principais países compradores têm sido frequentes, muitas delas com vistas à recuperação da imagem dos produtos brasileiros abaladas pelas operações “Carne Fraca”.

Nos preocupa, nesse momento, a questão das exportações de carne de frango e suína.

Outro motivo de preocupação é o fato de o agronegócio estar ficando fora das negociações comerciais entre o Mercosul e a União Europeia, que já se encontram em fase final.

Solicita-se:

- Promover debate com os setores do agronegócio que poderão ser envolvidos pelo acordo Mercosul - União Europeia, com vistas a nivelar as informações e avaliar os impactos desse processo no agronegócio brasileiro.

Atenciosamente,

José Roberto Ricken
Presidente da Ocepar

ANEXO

O COOPERATIVISMO PARANAENSE

O cooperativismo paranaense, representado pela OCEPAR e composto por 221 cooperativas, estruturadas nos termos da Lei 5.764/71, tem 1,5 milhão de cooperados oriundos dos diversos ramos de atividades, ligados à agropecuária, assistência à saúde, crédito, infraestrutura, transporte, educação, turismo e trabalho, gera 3,8 milhões de postos de trabalho (diretos e indiretos), e está presente em praticamente todas as comunidades do interior do estado.

As cooperativas do Paraná, faturaram R\$ 70,6 bilhões em 2017, empregam mais de 93 mil funcionários, dos quais quase 3 mil profissionais de assistência técnica, que atuam no assessoramento dos cooperados em suas atividades produtivas.

Sua origem está ligada aos fluxos de imigração de povos europeus e de migração de pessoas oriundas de outros estados brasileiros. Desenvolveu-se de forma paralela aos diversos ciclos econômicos do estado, sempre pautando suas atividades em valores éticos da cooperação, da solidariedade, da justiça social, da gestão democrática e da soma dos esforços de seus cooperados.

A opção do cooperativismo é pelo desenvolvimento das pessoas e comunidades de seu entorno, com a organização econômica e social, geração de emprego e renda, dinamização das economias locais, acesso aos serviços de crédito e saúde, apoio à formação profissional das pessoas. No seu cotidiano, também são ações prioritárias os investimentos em projetos de agregação de valor (agroindustrialização), diversificação da produção e novas tecnologias, bem como em atividades e capacitações para melhorar os processos produtivos e de prestação de serviços aos cooperados.

A confiança nesse modelo de organização econômica fez com que mais de 84 mil pessoas se associassem às cooperativas paranaenses em 2017, a maioria – 76 mil – nas de crédito e sete mil nas agropecuárias. A credibilidade do Sistema Cooperativo, construída com muito trabalho, com produtos de qualidade e investimentos nos mercados consumidores, se confirmou em recente pesquisa de opinião, em que 97% dos entrevistados aprovaram a qualidade e o preço justo dos produtos das cooperativas.

As 69 **cooperativas agropecuárias** do Paraná recebem o equivalente a 58% da produção agropecuária do estado. Em mais de 120 municípios, a cooperativa é a mais importante empresa econômica, maior empregadora e geradora de receitas e impostos.

Os investimentos em agroindustrialização vêm mudando a condição do Paraná de exportador de matérias-primas para exportador de bens de consumo. Atualmente, cerca de 48% da produção do cooperado passa por algum tipo de transformação e agregação de valor.

No Paraná, o cooperativismo favorece o desenvolvimento. Para que os cooperados tenham renda e acesso aos mercados, as cooperativas diversificaram sua produção por meio da agroindustrialização. Isso tem contribuído para viabilizar as atividades nas propriedades rurais.

Além disso, o sucesso das cooperativas é fruto de investimento e planejamento. Todos os anos, o cooperativismo desenvolve novos projetos para ampliar sua capacidade de atendimento aos cooperados e de processamento da produção. Nos últimos 5 anos, foram investidos cerca de R\$ 11,5 bilhões pelas cooperativas paranaenses, a maior parte em projetos de industrialização, armazenagem da safra, logística e distribuição e tecnologia da informação.

PARANÁ COOPERATIVO 100

Em 2015, foi dado o início ao Plano Paraná Cooperativo 100 (PRC 100), que visa dar sustentabilidade ao cooperativismo paranaense, por meio do planejamento estratégico das atividades e negócios de cada cooperativa, e apontar linhas estruturantes para o cooperativismo, com indicativos de projetos desenvolvimentistas por cadeia de produção ou ramo de atuação das cooperativas.

Até o final de 2017, as ações estiveram voltadas para a construção dos alicerces básicos do PRC 100, com trabalhos direcionados para estudos dos cinco pilares – financeiro, mercado, cooperação, infraestrutura e governança. Para 2018, os trabalhos serão direcionados para os projetos estratégicos de médio e longo prazo.

A participação dos diretores e profissionais nos debates para a construção do Plano tem sido fundamental, com vistas a respaldar as atividades

dos grupos de trabalho, na discussão dos cenários e na avaliação das megatendências que impactarão o desenvolvimento das cooperativas.

Um dos objetivos do PRC 100 é dar o direcionamento para o novo ciclo de desenvolvimento do cooperativismo. Para alavancar os trabalhos, foram definidos 13 projetos relacionados às demandas centrais do setor, que estão sendo debatidos pelos comitês de implantação.

PILAR	PROJETO
FINANCEIRO	<ol style="list-style-type: none">1. Estrutura de capital: modelo de classificação de risco e proposta técnica.2. Estudo de alternativas para realização dos ativos tributários.3. Propostas de políticas públicas.
MERCADO	<ol style="list-style-type: none">4. Projeto Conhecer para Fornecer.5. Pesquisa com o consumidor.6. Sanidade agropecuária.
COOPERAÇÃO	<ol style="list-style-type: none">7. Modelos de parcerias & alianças.
INFRAESTRUTURA	<ol style="list-style-type: none">8. Ações sobre pedágios e portos (concessões).9. Estudo e projeção da capacidade de armazenagem das cooperativas.10. Modelos de negócio para viabilizar alternativas de geração de energia.11. Estudo para a formação de aliança estratégica em TI.
GOVERNANÇA E GESTÃO	<ol style="list-style-type: none">12. Programa de Desenvolvimento de Agentes.13. Modelos de Governança Cooperativa.

INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DO COOPERATIVISMO PARANAENSE (2008 a 2017)

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (*)
Faturamento (bilhões R\$)	25,83	25,06	26,40	32,21	38,13	45,62	50,51	60,33	69,40	70,3
Cooperativas (unidades)	238	238	236	240	236	231	223	220	221	221
Cooperados (pessoas)	513.389	548.812	641.564	735.453	856.098	985.494	1.079.737	1.247.042	1.431.650	1.515.600
Colaboradores (pessoas)	51.838	55.774	59.350	62.389	66.755	72.449	79.241	83.267	87.319	92.968
Exportações (US\$ milhões)	1.442	1.470	1.640	2.200	2.100	2.362	2.403	2.211	2.034	2.600
Impostos recolhidos (R\$ milhões)	1.060	1.000	1.171	913	1.648	1.776	1.300	1.596,9	1.992,3	2.040,0
Investimentos (R\$ milhões)	1.275	1.000	1.011	1.100	1.323	2.163	2.805	2.350	2.100	2,5
Eventos realizados	2.946	3.340	4.273	4.344	4.999	5.479	5.333	6.509	6.883	8.212
Participações/treinandos	100.273	102.332	123.775	129.223	144.445	151.415	160.539	179.920	186.876	210.890
Postos de trabalhos gerados	1,25 mi	1,3 mi	1,4 mi	1,5 mi	1,6 mi	1,7 mi	2,2 mi	2,6 mi	2,8 mi	3,8 mi
Participação no PIB Agropecuário do PR (%)	54	53	54	55	56	56	56	56	56	58%

Fonte: Sistema Ocepar/Cooperativas PR – (*) Estimativa 2017

MAPA ESTRATÉGICO

PRC100
Paraná Cooperativo • 100

 **Sistema Ocepar**
FECOPAR - OCEPAR - SESCOOP/PR



Pilar FINANCEIRO

Reforçar a estrutura de capital das cooperativas

Desenvolver linhas alternativas de crédito

Ter maior participação na construção de políticas públicas

Desenvolver alternativas para redução do impacto de carga tributária

Desenvolver mecanismos para seguro agrícola



Pilar MERCADO

Promover a imagem do cooperativismo no mercado

Desenvolver o portfólio de produtos e serviços com maior valor agregado

Expandir os negócios do cooperativismo nos mercados nacional e internacional

Atuar junto aos órgãos oficiais na questão das barreiras sanitárias e comerciais

Defender os interesses do cooperativismo nas áreas de fiscalização e regulamentação



Pilar COOPERAÇÃO

Mapear e estudar a viabilidade de alianças e parcerias no sistema cooperativista (intercooperação)

Intensificar o desenvolvimento do quadro social para suportar o crescimento do cooperativismo

Promover relacionamentos institucionais

Difundir a cooperação na sociedade



Pilar INFRAESTRUTURA

Atuar na melhoria da infraestrutura portuária, rodoviária e ferroviária

Ampliar a estrutura de armazenagem na rota da produção

Desenvolver alternativas para geração de energia

Atuar na melhoria da infraestrutura de comunicação

Estudar a viabilidade de integração de plataformas tecnológicas nos ramos



Pilar GOVERNANÇA E GESTÃO

Fortalecer a autogestão do sistema cooperativista

Disponibilizar modelos de governança e sucessão aderentes às necessidades das cooperativas

Intensificar o programa de desenvolvimento de pessoas

Aperfeiçoar o modelo de atuação dos Fóruns Especializados

Rever a forma de atuação do SESCOOP/PR

PESSOAS E INOVAÇÃO